

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2013:** \_\_\_\_\_

---Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,  
Manuel Enes de Abreu,  
Berta Filipa Gonçalves Viana,  
António Maranhão Peixoto,  
Ana Margarida Ferreira Morgado,  
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,  
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,  
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,  
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,  
Miguel de Almeida Moreira,  
Zélia Susete Rosas Fernandes,  
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,  
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,  
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,  
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,  
António Manuel Meira da Cruz Queirós  
Maria Isabel Fernandes Dias,  
Armando Luís Lopes Martins,  
António Viana da Cruz,  
Manuel Barros Lopes,  
Manuel Fernando Lima Meira Torres,  
Mário Ferreira Fernandes,  
José Eduardo de Sousa Felgueiras,  
Luís António Sequeira Peixoto,  
António Vendeiro Catarino,  
José Henrique Laranjeira Brito,  
António Martins Neves,  
José Augusto Azevedo Sousa,  
António Manuel Amorim dos Santos,  
Aurélio Mariz Neiva,  
Joaquim Carvalho Rosmaninho e  
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte e uma horas e dez minutos, verificando-se haver “quorum” para o

funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos senhores Vereadores:

Jaquelina Casado Afonso Areias,  
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,  
Maria Raquel Morais Gomes do Vale,  
Rui Manuel Martins Pereira e  
Hersília Manuela Sousa Neves Brás Marques e

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:  
Jorge Manuel Neto Filipe.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

## **01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

Interveio Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção se transcreve:

*“Hoje ao passar o olhar pela imprensa reparei num sugestivo título que dizia isto “O Governo é que está possuído pelo demónio não é o povo”. Esta frase, passando a publicidade, é de um excêntrico bruxo que mora lá para as bandas onde pouca gente tem coragem de fanfar. Eu alteraria este título alargando-o à classe política e não o cingindo, unicamente, ao governo. Porquê? Porque, sem dúvida, nestes dias estamos a assistir a um circo, não de feras, palhaços, ou encantos mil, mas de maus malabaristas que fazem tremer a plateia ansiosa de bater palmas e premiar os artistas.*

*São cada vez mais as ocorrências estranhas com senhores deputados ou porque conduzem a alta velocidade, porque bebem demais, porque são omnipresentes e em cada documento consta uma morada diferente, porque se recusam a trabalhar em comissões; são os líderes partidários que não se entendem com as suas bases de apoio, são os destacados militantes, de todos os partidos, que, volta e meia, se põem em bicos de pés para serem vistos mas, rapidamente, se cansam e voltam ao aconchego do chefe. Apetece-me dizer que os ares não andam bem na política portuguesa. Não queremos duvidar da seriedade da maioria dos políticos portugueses, duvidamos, isso sim, de que tenham tempo para reflectir sobre os seus actos e atitudes e atinar se o que fazem contribui, de alguma forma, para o bem comum da população que os elege.*

*A panaceia para a política portuguesa da actualidade chama-se Reforma do Estado. Para alguns*

*partidos é a reforma que urge fazer rapidamente, para outros reformar o quê? Para o povo a situação é mais complicada pois nem sabe o que é o Estado quanto mais reformá-lo. Ouvimos os governantes a gritar pela urgência da reforma, ouvimos a oposição a desdenhar e*

*perguntar: - Qual a pressa em reformar? Se uns querem emagrecer o estado outros ficam nas meias-tintas pois qualquer reforma poderá significar diminuição de lugares para os seus sequazes em próximos governos. Cria-se uma comissão específica para estudar a Reforma do Estado. A democracia exige que os nossos representantes dialoguem, procurem consensos, deliberem estratégias para realizar uma reforma capaz de mobilizar os portugueses. O que vemos? Uns a proporem a Comissão, outros – estrategicamente e sem sentido de estado – a fugir ao diálogo e a não querer – somente por estratégia política – discutir assuntos relevantes para reformar aquilo que não está bem nas funções do estado. Perguntamos: - De que têm medo? Porque razão não querem um Estado mais sustentável, mais barato para o cidadão, menos sorvedor dos dinheiros públicos? Em vez de discutirem nos órgãos certos, os contras optam por dinamizar grupos de pressão para contestar medidas sem antes as conhecerem. No fim a conta e os encargos com um estado gastador e apresentada à população que, incrédula, pergunta onde esta a reforma tão propalada. Querem um exemplo? Passamos a última semana a fazer um trabalho de pesquisa num organismo do estado. Todos os dias víamos chegar dezenas de viaturas, quase todas, topo de gama, com motoristas que faziam transportar quadros médios e superiores para aqueles serviços. Quanto não custa ao estado – a todos nós – essa frota de carros? Quanto custam esses motoristas que, sonolentemente, aguardam pelos seus chefes para, ao fim da tarde, os reconduzirem às suas casas e, até, aos restaurantes pelo caminho? Não será mesmo necessária uma reforma do estado? Será que os partidos da oposição estão vazios de ideias e não querem dar o seu contributo para uma melhor Reforma do Estado?*

*Já que falamos de reformas para quando uma verdadeira reforma do poder local, eficaz e pensada?*

*Ficamos somente pela extinção das freguesias? Perguntamos nos agora: - Porquê tanta pressa só para se fazer uma reorganização territorial?*

*É uma vergonha o que lemos e vemos, todos os dias, nos diferentes órgãos de comunicação. Vemos candidatos a candidatos a terem que se desdizer sobre aquilo que pouco antes afirmavam categoricamente e com a maior das convicções; assistimos, atónitos, à dança das cadeiras – qual jogo que, divertidamente, em criança aprendemos a fazer no recreio da escola respondendo ao comando do nosso chefe. Era um jogo inofensivo e cuja única consequência era ficarmos sem cadeira e fora do jogo. Este jogo, agora, é diferente. Este sim é um jogo perigoso e com consequências imprevisíveis.*

*Vemos putativos candidatos a autarquias que, de forma descarada, se mostram disponíveis para tudo desde que o chefe mande e o seu poder se perpetue. Porque razão acontece isto? Será que estas atitudes dignificam a política? Não estará a democracia em perigo?*

*É claro que há exemplos que merecem aplausos. O nosso partido em Esposende, o PSD, é o exemplo de como devem funcionar as escolhas, ouvindo atempadamente as bases, sem sobressaltos e com serenidade, ouvindo os órgãos institucionais e, depois, apresentar um candidato que não ofereça dívidas. Esta é, quanto a nós, a única forma de viver a democracia, é uma lição de cidadania àqueles que, há muito tempo, deixaram de pensar plural e só olham para o sucesso do partido.*

*A meia dúzia de meses de um acto eleitoral ainda se discute a capacidade de ser ou não candidato esgotado que foi o limite dos quatro mandatos. Uma dívida que deveria envergonhar os partidos e os seus políticos. Porquê tanta preocupação em limitar os mandatos dos autarcas? Porque é que os senhores deputados continuam a auto-defender-se e a não querer limitar os seus próprios mandatos?*

*A resposta é clara e reflecte a razão porque, nos dias de hoje, a classe política esta totalmente descredibilizada.*

*Esquecendo a posição de arauto das desgraças e das descrenças, não queremos deixar, aqui, de elogiar o nosso governo pelo esforço que tem feito para credibilizar Portugal junto dos mercados.*

*Assistimos, com agrado e confiança, o regresso de Portugal aos mercados externos, factor que possibilitará um reforço no crescimento da economia nacional. Começámos a ter a credibilidade necessária para nos desligarmos do cutelo das instituições externas que nos tem vindo a impor medidas difíceis para todos e a provar aos investidores que estamos a ficar em boas condições para abandonar o resgate internacional.”*

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, apresentando uma Moção que se transcreve:

Moção contra a privatização dos serviços públicos de água e de saneamento. -----

*“O Governo, no âmbito da sua cruzada ideológica contra as funções sociais do Estado, apresentou, recentemente, na Assembleia da República duas propostas de Lei, através das quais pretende prosseguir a sanha neoliberal de privatização dos serviços públicos de água e de saneamento, tendo em vista a sua transformação num lucrativo negócio à medida dos grandes interesses económicos.*

*Trata-se da Proposta de Lei 123/XII - «procede à segunda alteração a Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas» - e da Proposta de Lei 125/XII - «aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos».*

*O Governo propõe-se, assim, vender ao desbarato um património da comunidade, valiosíssimo e essencial, entregando às multinacionais o controlo das componentes essenciais do abastecimento de água e saneamento.*

*Tal intencionalidade configura um ostensivo desrespeito pelo sentimento mais profundo das populações.*

*Ademais, este Governo, com tal atitude, omite as consequências económicas, sociais e ambientais resultantes da opção privatizadora, como o comprovam tantos exemplos visíveis entre nós e em outros países.*

*Tal como é referido pela Associação Água Pública, “a água é um bem comum, parte integrante e fundamental do constante movimento e evolução da natureza, determinante da composição atmosférica, do clima, da morfologia, das transformações químicas e biológicas, das condições de toda a vida na Terra. A água é insubstituível nos ciclos geo - químico-biológicos e nas suas funções de suporte à vida e ao bem-estar humano. Não pode ser produzida, e móvel e reutilizável; as interferências no seu percurso, as formas de utilização e a poluição podem prejudicar, limitar ou inviabilizar a sua reutilização. O ciclo da água liga todos os seres vivos. As funções ecológicas, sociais e económicas da água são essenciais e tem de ser protegidas e asseguradas pelo Estado, garantindo a sua fruição comum e equitativa à população presente e às gerações futuras. A evolução do Homem, a sua sobrevivência e desenvolvimento só foram possíveis pelo aprofundamento do conhecimento da água, pela aprendizagem de processos de garantir o seu acesso quotidiano, por uma interacção constante com a água. Esta, nas varias fases do seu ciclo, nas diversas formas de presença e movimento*

*na natureza, assim como as infraestruturas construídas que permitem a interacção entre os homens e a água são condomínio comum nos processos produtivos e no uso do território, cuja fisionomia, fertilidade e habitabilidade condicionam. O direito à água, reconhecido pelas Nações Unidas como um direito humano fundamental, faz parte do direito à vida. Todas as pessoas tem direito ao abastecimento de água e ao saneamento no seu local de residência, trabalho e permanência habitual, com a proximidade, quantidade e qualidade adequadas à sua segurança sanitária e ao seu conforto. A água, os serviços de água, os recursos vivos aquícolas e as infraestruturas de fins públicos são património comum, que não pode ser alienado, arrendado nem concessionado, assim como não pode ser lícita a privação da água nem qualquer atribuição de privilégios ou concessão de direitos exclusivos sobre as águas ou serviços de água. Os serviços de águas tem de ter o objectivo de garantir de facto a universalidade de fruição do direito à água. Para isso, tem de ser de propriedade e gestão públicas e sem fins lucrativos, sendo necessário o reforço do investimento na manutenção, modernização e ampliação dos sistemas de água, saneamento e tratamento de águas residuais, melhorando a elevação dos níveis de cobertura, a qualidade de vida das populações e a protecção das nossas águas e aquíferos.*

*Nem a água nem os serviços de águas podem ser objecto de negócio, mercantilização ou fonte de obtenção de lucros, sendo que a sua utilização deve ser hierarquizada pela necessidade humana, segurança, interesse comum, maior número de beneficiados e adequação ecológica.*

*Consciente da importância da água, enquanto património da humanidade, verdadeiro bem público fundamental e imprescindível à vida.*

*A Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião de 11 de Fevereiro de 2013, delibera manifestar a sua total oposição à intencionalidade do Governo em proceder à privatização da água e dos serviços públicos de saneamento, pugnando pela defesa do direito à água, através da propriedade e gestão públicas deste bem fundamental.*

*Mais delibera remeter esta moção a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo e ao Sr. Presidente da República, bem assim divulgá-la junto dos Esposendenses, através da sua publicação no site do Município e na comunicação social.”*

Seguidamente e continuando a sua intervenção,

*“No concelho de Esposende, ao longo das últimas três décadas, à semelhança do que aconteceu no resto do país, assistimos a um acentuado abandono dos campos, situação provocada, no fundamental, pelas orientações e medidas políticas adoptadas pelos sucessivos governos. As hortas e os quintais, as veigas e as agras deixaram de contar com o amanhã dos homens e mulheres, transformando-se em brejos pejudados de matagais.*

*O longo pousio destas terras de cultivo configura uma realidade triste que urge alterar. Importa reanimar estas pequenas zonas com aptidão agrícola, torná-las, outra vez, produtivas, com vantagens, certamente, para muitas e muitas famílias que vivem com grandes dificuldades económicas.*

*Nestes termos, apresentei a esta Assembleia Municipal, na sua reunião de 28 de Abril de 2011, uma proposta de recomendação à Câmara para que este órgão executivo do município adoptasse medidas tendentes à dinamização da agricultura familiar no nosso concelho, incentivando o cultivo de terrenos abandonados. Propunha, ainda, que a Câmara Municipal, em ligação estreita com a Cooperativa Agrícola de Esposende, criasse uma rede concelhia de*

*agricultura biológica, premiando os bons desempenhos neste âmbito, valorizando e divulgando a qualidade dos produtos agrícolas da nossa Terra.*

*Esta proposta de recomendação não mereceu acolhimento, desde logo, por parte da maioria com assento nesta Assembleia.*

*Mais tarde, no período de intervenção do público, um munícipe questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a criação de hortas comunitárias no concelho. Diligente, na sua resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que sim, brevemente tais hortas seriam uma realidade. Fiquei contente, ao constatar que, afinal, a proposta do PCP, que havia sido chumbada, fazia todo o sentido.*

*No entanto, sucederam-se os dias nas diferentes estações do ano, mas sem as prometidas hortas comunitárias.*

*Sr. Presidente, quando verão as hortas comunitárias a luz do dia?*

*A EBI das Pedreiras fechou portas. Lesta, a Câmara Municipal anunciou a sua alienação. Quem dá mais? Resultava do anúncio da hasta pública publicado no site do município. As assessorias para os assuntos da comunicação social, diligentes, anunciaram a alienação da velha escola.*

*Conforme fui informado, a Câmara não o fez, sem, antes, pedir a pronúncia da Junta de Freguesia de Fão. E, na sua resposta, esta Junta de Freguesia, opondo-se a venda do edifício da velha escola, terá, para a mesma, sugerido outros destinos: um albergue para apoio aos peregrinos de S. Tiago, um armazém para a junta ou um apoio para desportos náuticos.*

*A opinião da Junta parece, afinal, não ter resultado. Antes vigorou a vontade da Câmara: alienação da Escola das Pedreiras.*

*Assim, importa perguntar:*

- i) Porque não acolheu a Câmara as sugestões da Junta de Freguesia de Fão?*
- ii) Porque colocou à venda uma escola, sem cuidar de preservar um património público municipal, escola de resto, ao que consta, erigida num terreno doado para o efeito?*
- iii) Porque colocou à venda tal património, num contexto, conforme afirma, saudável quanto às finanças do Município de Esposende?*
- iv) Então se não há problemas financeiros, porque decidiu a Câmara alienar a Escola das Pedreiras?*
- v) Porque não cuida da preservação deste património municipal, atenta, até, a importância simbólica e afectiva para as gerações que passaram pelos bancos da Escola das Pedreiras?*
- vi) Finalmente, se foi ou não vendido o imóvel em referência?"*

Continuando a sua intervenção, colocou ainda questões ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, nomeadamente se é conhecido, pela Autarquia, o estado de degradação dos passadiços laterais da ponte de Fão e, no caso de haver conhecimento, que medidas foram tomadas pela Câmara Municipal ou tenciona tomar para a resolução do problema que, na sua opinião, já configura perigo para quem usa aqueles passadiços.

Questionou ainda sobre o estado do passadiço junto ao antigo Hotel do Pinhal que, é do conhecimento geral, foi destruído pelo mau tempo. Disse também que não sendo a sua recuperação da responsabilidade da Câmara Municipal, questionou sobre quais as medidas tomadas pela Autarquia para uma resolução rápida daquele passadiço.

Seguidamente referiu que, recentemente, a GNR de Esposende procedeu à detenção de jovens alegadamente na posse de drogas junto à Escola Secundária Henrique Medina, disse também que, sobre este problema, já o havia sinalizado quando integrava a Comissão de Protecção de

Crianças e Jovens do Concelho de Esposende, pelo que, perante tal situação, gostaria de saber que trabalho tem sido feito pelos Serviços de Psicologia da Autarquia em articulação com a escola e se há alguma coisa pensada no sentido de prevenir tal situação.

Continuando, e sobre a Casa das Marinhas, questionou sobre que informação poderá a Câmara Municipal prestar sobre aquele património, que trabalhos foram desenvolvidos e, em que ponto se encontra o projecto desenvolvido pela Câmara Municipal.

Usou da palavra José Felgueiras, Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, apresentando um Voto de Protesto que se transcreve:

Voto de Protesto contra o texto “Na I Guerra Mundial: submarinos alemães abasteciam em Esposende” publicado no Jornal Correio do Minho de 05 de Novembro de 2012.

*“Pessoa amiga fez-me chegar há dias o artigo «Na I Guerra Mundial: submarinos alemães abasteciam em Esposende», publicado no “Correio do Minho” em 5 de Novembro de 2012.*

*Embora não desconhecesse o tema, confesso que fiquei espantado perante as afirmações/conclusões, com que o articulista brinda as gentes de Esposende, nomeadamente os nossos avós, que embora em grande parte fosse gente humilde, era honrada e muito ciosa do seu patriotismo. Contudo, não é só a memória deles que esta em causa, é também a dignidade actual de todos nós, enquanto cidadãos.*

*Provavelmente, o ilustre autor de tal escrito, sabe – a Historia regista-o – que os Esposendenses estiveram na conquista do Norte de África, em Mamora, em Azamor, andaram pela Índia e pelos confins da Ásia, que fomos dos primeiros nos Bancos da Terra Nova; que estivemos em Angola, na Guiné, em Moçambique, na Costa da Mina; que colonizamos e ajudamos a resgatar o Brasil aos Holandeses, morrendo heroicamente em luta no mar, como fez Pedro Carneiro Gaio, de Palmeira, que depois de encarniçado combate contra cinco navios inimigos, ao ver-se sem munições, fez explodir a própria nau de guerra, para não se render. Deve saber também, que as nossas «vintenas do mar» estiveram presentes no desastre nacional que foi a aventura de Alcácer Quibir onde a generosa juventude esposendense regou com o seu sangue as ressequidas dunas do Mulei Maluk. Saberá, porventura que aqui, nesta terra, em 6 de Dezembro de 1640, o cobrador dos dízimos de Castela, apelidado de «vil cação», foi atirado ao rio, como se de um congro podre se tratasse.*

*E saberá muito bem, que não consta, na Historia Pátria, que, nas invasões francesas, enquanto outros fugiam, abandonando a sua cidade, os Esposendenses desertassem ou se tivessem atirado ao mar, para fugir ao invasor! É sabido o quanto lhes custou enfrentar o invasor... Morreram muitos, mas defenderam-se e expulsaram-nos; nunca aceitaram o jugo estranho...*

*Mas eis que, por misteriosa influencia astral, toda essa gente degenerou em 1917, segundo a douta opinião do Senhor Professor, ao que parece, já vista e, sabe-se lá, plagiada, por algum incauto estudante de historia, do grosso das 893 pessoas que terão acedido ao texto.*

*Essa gente «sem pátria nem lar», eram os nossos avozinhos, que ao verem sair uns «bichos de ferro» alemães de debaixo de agua, ficaram tão encantados e felizes, que resolveram fazer-lhes umas festinhas e hospedá-los em casa... enquanto mandavam os seus filhos, o melhor da juventude do concelho, para os campos do «front» francês, onde muitos ficaram para sempre, em nome da Pátria!*

*Afinal, Senhor Presidente, não se trata de nenhum absurdo, porquanto, em Esposende ocorriam e sito «episódios verdadeiramente deslumbrantes, uma vez que vários submarinos alemães, secretamente, iam abastecer-se a esta, então, vila portuguesa», segundo o articulista. Ou seja: filhos e irmãos, na guerra contra os alemães e os pais aqui aos beijos e abraços aos mesmos!!!*

*É o que se depreende do texto, pois, tais “bicharocos”, como qualquer cardume de robalos esfomeados, entravam pela excelente barra de Esposende e vinham abastecer-se ao cais do Salva Vidas... sim, porque, para vir a Esposende, por mar, tem que se subir o rio! ...E como o Hotel Suave Mar ainda não existia, navegaram até encontrar uma vulgar pensãozita... – Este Sr. Professor, de facto, nada sabe da “odisseia” desta gente, que reivindica a operacionalidade da barra, desde 1579!!! O que viriam cá buscar?*

*Polvo, raia seca ou uns badejzitos, para desenjoar?*

*A coisa constou-se e saltou para os jornais nacionais e logo as ciosas e sempre atentas autoridades – neste caso, de Braga – ao saberem de tamanha desfaçatez, vieram por aí abaixo, dispostas a arrancar os bofes aos traidores que alimentavam as máquinas de guerra do keiser, na intenção de os apanhar abancados em lauta comezaina de ovos estrelados, com salsichas de Frankfurt a cavalo, oferecidas pelo comandante de algum U-2.*

*Demonstrando uma ansiedade pueril, ao querer ligar a última visita da “frau Merkel” a Lisboa, à história dos submarinos em Esposende, como se os esposendenses fossem germanófilos por convicção e portugueses por traição, o autor diz que o Governador Civil José Dórdio Teotónio, veio em rápida visita a Esposende e ficou convencido de que a traição se exercia de noite e que, perante tal desafio iria fazer queixa ao Ministro do Interior... Felizmente, havia aqui um jornal que não deixou passar o assunto em branco.*

*Só que o jornal, que por acaso se chamava “O Espozendense”, diz que o Governador era Eduardo Cruz, e na sua edição de 10 de Maio, desse ano, a página dois, refere-se à bombástica notícia que saiu de Braga no dia 5 e logo foi publicada pelo “Primeiro de Janeiro”, do dia 6.*

*Nele, o director, Jose Silva Vieira, um jornalista republicano, dos “tesos”, que não se vergava, nem se encostava ao Poder, e muito menos aos poderosos de Barcelos ou Braga, trata o assunto assim:*

*«Há dias que corre em toda a imprensa do país, a galga de que Espozende é um entreposto dos terríveis allimões.*

*Positivamente não compreendemos patavina desta endrómina.*

*Toda a gente sabe que foram apreendidos pela administração do nosso concelho, além da Ponte de Fão, uns ovos que seguiam destino ignorado; esses ovos vieram para a Alfândega, visto que diziam que os queriam fazer embarcar na praia da Apúlia, com destino a Hespanha. Até aqui, a não ser que o boato de pessoas categorizadas de Barcelos andem implicadas n'isto, nada de extraordinário: um simples caso de contrabando, como tantos que se dão pela raia seca do Alto Minho. Faço aqui um parênteses, para alertar que a notícia sobre a apreensão das 6 caixas com 900 ovos cada uma e que vieram para a Alfândega de Esposende, tinha sido dada pelo mesmo jornal, nº 522 de 28 de Abril...*

*Afinal, questiona o “Espozendense”, Quem deu estas informações ao Sr. Governador Civil? Com que fundamento se vai assim inquietar a opinião pública do Concelho? Sim, dizemos do concelho porque essa informação que deram a Sua Ex.<sup>a</sup> refere-se só a que o fornecimento faz-se em larga escala, livremente entre Apúlia e S. Bartolomeu do Mar.*



*Em nome do povo deste concelho, cujos filhos já se encontram, cumprindo os seus deveres, nos campos de batalha de França, levantamos o labéu que nos querem lançar e pedimos que se faça luz, para ser entregue a Cézar o que é de Cézar.*

*Mas afinal quem seria que levantou essa atoarda? Perguntava indignado, Silva Vieira, lembrando que se o Snr. Governador Civil ia comunicar pormenorizadamente ao Snr. Ministro do Interior tudo quanto pôde averiguar na sua rápida visita a Espozende e reclamando «Luz, muita luz, e venha a verdade, queremos saber quem são esses traidores!...». E, afinal, no que deu isto? Nada! Ninguém respondeu... nada mais se soube... e o caso entrou em força no anedotário concelhio...*

*Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados: São os pergaminhos de fidelidade à Pátria, de uma população laboriosa e honrada que, estão em causa.*

*Procurei, mas não encontrei no Arquivo Histórico da Câmara Municipal, nomeadamente nos Livros de Actas da altura, nem na correspondência enviada ou recebida do Governo Civil, algo que se refira ao assunto. Não há indícios de qualquer intervenção do Sr. Ministro do Interior... Nada! A não ser que haja algo nos Arquivos Secretos do Estado, a que o autor do artigo tenha tido acesso.*

*Noventa e seis anos depois deste lamentável episódio, um Sr. Professor e investigador, certamente de muito mérito, embarcou alegremente, não num dos actuais submarinos “Tridente” por ironia adquiridos aos alemães, mas na galga das seis caixas de ovos de contrabando e não curou de saber o que lhe deu origem, ou o que se passou depois... ou seja... nada!*

*Da deficiente pesquisa ou informação, à dedução de traição e à provocação aos esposendenses, foi um passo... mesmo que a rematar a sua prosa jornalística, o autor ressalve que, e cito: «No único conflito mundial em que Portugal participou, torna-se curioso verificar que, junto a Esposende, vários portugueses colaboravam com o então inimigo: a Alemanha», citei. Ou seja: o Sr. Professor e investigador, Joaquim Gomes, de sua graça, dá assim uma penada no cravo e outra na ferradura; umas vezes eram esposendenses, outras, eram “vários portugueses”, os traidores!*

*Senhor Presidente da Assembleia*

*Incomoda-me e indigna-me solenemente, que 893 pessoas, pelo menos, muitas das quais vêm para as nossas praias ou nos visitam com frequência, possam ter no seu consciente ou subconsciente, a ideia de que estão numa terra linda e acolhedora, mas de gente traidora! Incomoda-me, mesmo!!!. Por isso e em nome da boa memória dos nossos antepassados, e por uma questão de dignidade cívica, repudio com toda a firmeza e veemência este execrável labéu de traição, com que querem anatemizar os meus e os vossos avós. E assim, convido toda a Assembleia e quem mais a ela se quiser associar, a repudiar energicamente, tão insultuoso escrito tanto para os esposendenses de antanho, como para os esposendenses de agora.”*

Seguidamente, usou da palavra Maranhão Peixoto, apresentando uma Moção que se transcreve:

Moção contra as portagens na A28 e ao fim imediato das mesmas. -----

*“Fomos recentemente sobressaltados pela comunicação social, escrita e falada, da intenção do governo em colocar mais pórticos de portagens na A28. Tal medida estará englobada num novo pacote de extorsão contemplando ainda outras vias similares ou complementares.*

*Na actualidade a Estrada Nacional N.º 13, como já havíamos previsto quando contestamos a introdução de portagens, transformou-se num verdadeiro escoadouro das viaturas que fogem as portagens. Todos os minutos são de tráfego intenso. O trânsito é excessivo, quer de dia quer de noite, e esta via, que é uma autêntica espinha dorsal ao nível rodoviário no nosso município, virou um tormento.*

*Não há dúvidas que o número de carros é exponencial do crescer da austeridade. Os automobilistas e as famílias já não conseguem pagar, não podem somar despesas e cada vez, sem dúvida, será pior. O fim das isenções para moradores e empresas locais na A28 tem multiplicado os problemas na EN 13.*

*Até final do ano transacto a A28 perdeu mais de 8% de viaturas comparando com 2011.*

*A perda maior verificou-se em Abril com mais de 10%.*

*Como todos sabemos a EN 13 nunca foi, nem será jamais alternativa a A28. O uso desmesurado com que tem sido penitenciada, nomeadamente, por veículos pesados, acentua assustadoramente a deterioração do seu já frágil piso, não havendo, inclusive, dinheiro para a requalificar.*

*Filas extensas e contínuas, sem possibilidade de ultrapassagens em condições mínimas de segurança, induzem em conduções nervosas e perturbadas, colocando em risco a vida dos automobilistas, dos peões e das populações que dela necessitam.*

*Na passada semana, como sabemos, infelizmente, a morte voltou ao troço da Nacional 13 no nosso concelho. Será que temos de voltar a estar condenados ao calvário dos anos 80 e 90 do século passado e a andar com o credo na boca sempre que viajamos nesta estrada internacional?*

*Todos sabemos que a introdução de portagens na A28 é um grande erro. E a asneira ainda é maior quando com tal desiderato verificamos que o único ganho se traduz num aumentar e acumular, ilegítimo e imoral, do lucro das concessionárias.*

*Reiteramos o nosso NÃO ÀS PORTAGENS NA A28 e exigimos o fim imediato das mesmas, para que a segurança e a mínima qualidade de vida ao nível rodoviário seja devolvida às populações que dependem no seu dia-a-dia da Estrada Nacional 13.*

*Por fim, solicitamos que desta nossa reivindicação seja dado conhecimento, com a máxima urgência, aos competentes órgãos da Administração Central, ao Governo e ao Parlamento.”*

----Sendo vinte e uma horas e cinquenta minutos, por proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal, foram os trabalhos interrompidos para discussão dos assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo sido retomados pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, altura em que se verificava a presença dos membros que estavam presentes antes da interrupção dos trabalhos. -----

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

**1 – MOÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E DE SANEAMENTO. -----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram a favor o deputado do Grupo Político da CDU, os 6 deputados do Grupo Político do

PS e os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP, num total de 10. Abstiveram-se os 22 deputados do Grupo Político do PSD, e os 3 deputados Independentes, num total de 25. -----

Foi proferida, pelo Grupo Político do PSD, a seguinte declaração de voto:

*“Votamos contra por dois aspectos: O primeiro porque a privatização não é oficial e quanto às águas residuais há a intenção mas as Câmaras Municipais estão a estudar a proposta.”*

## **2 – MOÇÃO CONTRA AS PORTAGENS NA A28 E AO FIM IMEDIATO DAS MESMAS. -----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA E, ASSIM, JUNTO DO GOVERNO, REITERAR O NÃO CONTRA AS PORTAGENS NA A28 E O SEU FIM IMEDIATO. MAIS DELIBEROU REMETER A PRESENTE MOÇÃO AOS COMPETENTES ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, AO GOVERNO E AO PARLAMENTO. -----

## **3 – VOTO DE PROTESTO CONTRA O TEXTO “NA I GUERRA MUNDIAL: SUBMARINOS ALEMÃES ABASTECIAM EM ESPOSENDE” PUBLICADO NO JORNAL CORREIO DO MINHO DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012. -----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O VOTO DE PROTESTO APRESENTADO E, ASSIM, REPUDIAR ENERGICAMENTE TÃO INSULTUOSO ESCRITO. MAIS DELIBEROU REMETER O PRESENTE VOTO DE PROTESTO AO SENHOR DIRECTOR DO REFERIDO JORNAL. -----

## **02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: \_\_\_\_\_**

Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, tendo referido que se encontrava disponível para esclarecer sobre eventuais assuntos que possam ser colocados pelos senhores deputados e que, em complemento, à Informação Escrita do Presidente da Câmara.

Seguidamente interveio Manuel Enes do Grupo Político do PS questionando o senhor Vice-Presidente sobre duas situações que gostaria de ver esclarecidas, nomeadamente se a formação dos agentes desportivos era paga ou gratuita e, sobre o concurso lançado pela Autarquia para o futuro parque da cidade, porque foram apresentados prazos e valores para execução do projecto, e porque se verifica que, no local apontado para a execução do projecto, os terrenos são privados e que não podem ser feitas construções, gostaria que o senhor Vice-Presidente esclarecesse tal situação.

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente referindo que sobre a intervenção e questões colocadas pelo Deputado Manuel Carvoeiro, referiu que sobre as hortas urbanas a Autarquia teve a necessidade de alterar o que inicialmente tinha preparado e têm actualmente um terreno identificado uma vez que o primeiro terreno escolhido não se adequava à cultura. Disse ainda que para o terreno actual já um projecto e um regulamento para que tudo corra pelo

melhor e dentro da normalidade, faltando unicamente, que está a ser preparado, definir como irá ser feita a estruturação do terreno.

Continuando e sobre a questão da alienação da escola das Pedreiras referiu que a situação não se prende com uma vontade expressa de venda de património mas antes numa lógica de rentabilização de recursos.

Sobre a situação relatada da Ponte de Fão disse não ter conhecimento mas que, naturalmente, irá tomar a informação prestada em consideração e tomará as medidas necessárias incluindo, uma vez que houve uma intervenção recente, se não existe responsabilidade por parte da empresa que levou a cabo a requalificação da ponte.

Sobre o passadiço que foi parcialmente destruído pelo mau tempo, disse que a Câmara Municipal sobre o assunto em concreto se encontra muito limitada até porque há um conjunto de entidades que superintendem o litoral, e que por muita vontade que possa haver na reparação daquele passadiço a Autarquia e a Junta de Fão pouco podem de facto fazer. Disse ainda que já foram feitos contactos com as entidades responsáveis e que se espera uma resolução rápida. Disse que, pese embora a imagem que passa para as pessoas seja a de que a responsabilidade é da Autarquia, mas que, no caso, como anteriormente referiu, pouco poderá fazer a Câmara Municipal.

Continuando, e, sobre a Casa das Marinhas disse que tem decorrido um conjunto de acções para que venha a ser uma realidade e que, até ao final do mês de Abril, haverá certamente novidades.

Sobre o serviço de psicologia e o problema da droga, a Autarquia tem nos seus quadros um psicólogo que faz o atendimento em todos os agrupamentos de escolas uma vez por semana e que naturalmente essas situações estarão referenciadas.

Seguidamente e sobre a questão apresentada pelo Deputado Manuel Enes disse que se trata de um concurso de ideias e concepção e que, para que não fiquem dúvidas, não é intenção da Câmara Municipal, nesta altura, avançar com nenhuma obra para aquele espaço. Disse que o que se verifica de facto é que é o entendimento do Executivo e do senhor Presidente da Câmara em particular, a necessidade da existência de um parque da cidade e o que o que neste momento se está a fazer é dar os primeiros passos no processo. Referiu ainda que unicamente aconteceu foi que, de uma forma democrática, a Câmara Municipal lançou um concurso para colher as melhor ideias e sugestões e que, como é do conhecimento, naquele espaço, pelas restrições existente e que de outra forma não poderia ser, não poderá nem haverão construções naquele espaço. Sobre a questão dos terrenos serem privados, referiu que é uma questão que de momento não se coloca nem tão irá este concurso de ideias gerar uma mais valia dos mesmos. Disse também que se pretende unicamente ter uma ideia para o espaço e que poderá, no novo QREN, haver uma oportunidade para avançar com o processo e como tal, o que a Autarquia está a fazer é planear e preparar o futuro.

Referiu que sobre os agentes desportivos a formação a que se referiu o Deputado Manuel Enes é uma formação a título gratuito.

Terminando, disse que gostaria de dar ainda conta de duas situações, informando que no passado dia 29 de Janeiro teve a oportunidade de estar numa reunião na Comissão de Coordenação e ficou definitivamente ultrapassada a questão dos Moinhos de Vento da Abelheira. Disse que havia um problema grave para o seu licenciamento uma vez que os mesmos se encontram localizados em Zona de Reserva Ecológica Nacional e que, pelo facto, nem os passadiços em madeira projectados para o local em tudo idênticos aos que existem nas praias do concelho queriam deixar colocar. Referiu que na reunião referida teve a oportunidade

de, com uma abordagem diferente, explicado novamente todo o projecto, foram aceites as argumentações da Autarquia e, desta forma, foi ultrapassado o primeiro entrave para a realização do Parque Temático dos Moinhos de Vento da Abelheira.

Referiu que a outra situação que gostaria de dar conta aos senhores deputados tem a ver com a queima de sobrantes e resíduos agrícolas. Disse que, como é do conhecimento geral, no período crítico dos fogos florestais é proibida essa queima mas que, fora desse período é possível a realização das queimadas. Contudo para que isso fosse possível havia muita burocracia, nomeadamente a obrigatoriedade de um pedido escrito para o seu licenciamento. Continuando, referiu que com a aprovação, também no passado dia 29, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, foi colocada à Comissão onde também se encontravam os representantes dos Bombeiros, a questão da queima de sobrantes e resíduos agrícolas e todos foram de opinião que seria benéfico encontrar uma solução para a dificuldade dos agricultores e permitir que, de uma forma mais ágil, garantindo sempre a segurança, fosse ultrapassada a burocracia e foi então autorizado e estabelecido que, fora do período crítico, a pessoa que pretender fazer uma queima de sobrantes e resíduos agrícolas terá unicamente de comunicar aos Bombeiros de Esposende ou de Fão, consoante a zona, que pode ser via telefone, de que pretende fazer uma queima de resíduos ultrapassando assim a burocracia de solicitar licenças e aligeirar o processo que, desta forma, passa a ser muito mais fácil. Na sequência desta informação, solicitou aos senhores Presidente de Junta que, junto das suas populações, fizessem chegar esta informação, sendo certo que, também a Câmara Municipal também o irá fazer.

Seguidamente uso da palavra a Deputada Berta Viana do Grupo Político do CDS-PP referindo que, como é do conhecimento de todos, existe um processo judicial contra o Clube de Futebol de Fão e que, numa reunião privada em que, para além da Direcção do Clube, também participou o senhor Presidente da Câmara Municipal, e onde o senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu perante os representantes do clube o contrário daquilo que seguidamente assumiu publicamente, ou seja, garantiu que a Autarquia iria dar continuidade ao contrato programa com o clube mas que, afinal, o que se veio a verificar foi a denuncia por parte da Câmara Municipal do contrato programa com o clube. Pelos factos apresentados e pela posição pública do senhor presidente, contrária aquela que teve em privado, gostaria de saber qual, de facto, é a posição do Município de Esposende sobre o assunto em questão.

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente referindo que face à questão levantada pela Deputada Berta Viana e face à ausência do senhor Presidente ser seu entendimento que a mesma deverá colocar a questão por escrito e que, seguramente, obterá a resposta às suas dúvidas e ficará esclarecida sobre o assunto.

Seguidamente usou da palavra Luís Peixoto, Presidente da Junta da Freguesia de Fão referindo que sobre a questão levantada da alienação da Escola das Pedreiras referiu que na Assembleia de Freguesia não foi dito que a Junta de Freguesia não foi consultada. Foi dito sim que uma vez que não houve alienação do edifício a Junta de Freguesia contactou a Câmara Municipal no sentido da possibilidade daquele espaço passar para a Junta de Freguesia e deu, na altura, três opções para a utilização do espaço. Referiu ainda que está a ser preparado um contrato de comodato a realizar para aquele espaço entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

Continuando, referiu ainda que sobre o passadiço destruído em Fão, a Junta de Freguesia em

colaboração com a Esposende Ambiente e com o Parque Natural, guardou os destroços do passadiço na escola do Ramalhão. Disse ainda as entidades competentes verificaram existir um erro na sua construção e que, aquele passadiço deverá, na sua reconstrução, ser reforçado e que a altura do passadiço deverá ser aumentar em 30 cm para evitar situações semelhantes aquelas que aconteceram.

**03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

**---NO INÍCIO DO PERÍODO DA ORDEM DO DIA, PELO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL FOI POSTO À CONSIDERAÇÃO DA ASSEMBLEIA, A ADMISSÃO PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, O SEGUINTE ASSUNTO:**

**1 – CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000, EEM, PARA A REALIZAÇÃO DO 11.º ENCONTRO LUSO GALAICO DE BTT.** -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE AUTORIZAR A INCLUSÃO NA SESSÃO DO ASSUNTO PROPOSTO. -----

De seguida foi distribuído a todos os presentes a documentação referente ao assunto incluído na ordem de trabalhos em Extra Agenda e que será discutido e votado no final do período da ordem do dia. -----

**03.01 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.** -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**03.02 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.** -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia dezassete de Dezembro de 2012 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA SESSÃO REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores Deputados Manuel Arezes, Berta Viana, Orlando Rua, Georgete Cruz e António Queirós.

**03.03 – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE – ANO DE 2012 – PARA CONHECIMENTO.** -----

Foi presente na sessão o Relatório de Actividades da Assembleia Municipal de Esposende referente ao ano de 2012. Fica arquivada cópia da mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor deputado Manuel Carvoeiro referindo que, tal como tinha sugerido, aquando da apresentação do relatório anterior, pese embora tenha havido uma evolução positiva, continua, em seu entender, a haver algumas falhas, nomeadamente, deveria constar do relatório uma referência a quem apresentou as propostas. Face ao exposto, disse que teria alguma dificuldade em votar favoravelmente o assunto.

Usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia referindo que, tal como informou o ano anterior, o relatório é um documento circunstancial e que serve para dar a conhecer a actividade da Assembleia e que, no caso em concreto, isso acontece. Referiu ainda que o presente assunto é unicamente para conhecimento e que não haverá votação sobre o mesmo.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**03.04 – CPCJ – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE – PROPOSTA.** -----

Foi presente na sessão ofício da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Esposende, onde é solicitado à Assembleia Municipal de Esposende que promova a eleição dos seus representantes na Comissão Alargada da CPCJ. Fica arquivada cópia da mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

No período de discussão do presente assunto foram presentes na mesa duas propostas, a primeira do Grupo Político do PSD, onde é proposto a designação dos cidadãos: José Salvador Pereira Torres Ribeiro, Otílio da Silva Hipólito, Zélia Susete Rosas Fernandes e João Manuel de Barros Figueiredo e à qual foi atribuída a letra “A”, e a segunda do Grupo Político da CDU, onde é proposto a designação dos cidadãos: Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, Berta Filipa Gonçalves Viana, Ana Margarida Ferreira Morgado e Manuel Enes de Abreu e à qual foi atribuída a letra “B”

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, COM 24 VOTOS NA PROPOSTA “A” E 11 VOTOS NA PROPOSTA “B”, NOMEAR COMO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ OS CIDADÃOS: JOSÉ SALVADOR PEREIRA TORRES RIBEIRO, OTÍLIO DA SILVA HIPÓLITO, ZÉLIA SUSETE ROSAS FERNANDES E JOÃO MANUEL DE BARROS FIGUEIREDO. -----

**03.05 – DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000, EEM - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de Janeiro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal designe, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Fiscal Único da Esposende 2000 EEM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, DESIGNAR COMO FISCAL ÚNICO DA ESPOSENDE 2000, EEM A SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, REPRESENTADA POR JOSÉ CARLOS NOGUEIRA FARIA E MATOS (ROC N.º 1034), TENDO COMO SUPLENTE CARLOS DE JESUS PINTO DE CARVALHO (ROC N.º 622).

Votaram a favor os 22 deputados do Grupo Político do PSD, os 6 deputados do Grupo Político do PS, o deputado do Grupo Político da CDU e os 3 deputados Independentes, num total de 32. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP. -----

**03.06 – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000, EEM – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.** -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 17 de Janeiro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000, EEM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA.

Votaram a favor os 22 deputados do Grupo Político do PSD, os 6 deputados do Grupo Político do PS, o deputado do Grupo Político da CDU e os 3 deputados Independentes, num total de 32. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP. -----



**03.07 – ESPOSENDE 2000 EEM – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de Janeiro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal nomeie o Conselho de Administração da Esposende 2000, EEM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO E POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR, 1 ABSTENÇÃO E 1 VOTO CONTRA, APROVAR A PROPOSTA E, ASSIM, NOMEAR PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESPOSENDE 2000, EEM, OS SENHORES: RUI MANUEL MARTINS PEREIRA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE; ADELINO CARVALHO DO VALE, NA QUALIDADE DE PRIMEIRO VOGAL E ANTÓNIO BENJAMIM DA COSTA PEREIRA, NA QUALIDADE DE SEGUNDO VOGAL. -----

**03.08 – ESPOSENDE 2000 EEM – PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de Janeiro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, aprove a adequação dos Estatutos da Esposende 2000, EEM. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ESPOSENDE 2000, EEM, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.

Votaram a favor os 22 deputados do Grupo Político do PSD, os 6 deputados do Grupo Político do PS, o deputado do Grupo Político da CDU e os 3 deputados Independentes, num total de 32. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP. -----

**03.09 – ESPOSENDE AMBIENTE EEM – PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de Janeiro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, aprove a adequação dos Estatutos da EAmb - Esposende Ambiente, EEM. Na adequação aos estatutos agora apresentados é proposto que, como norma transitória (Artigo 32.º dos referidos estatutos), e para exercer o remanescente do mandato dos órgãos sociais ainda a decorrer, sejam reconduzidos os seguintes titulares:

No Conselho de Administração - Alexandra Susana Abreu de Faria Carvalho Roeger, na qualidade de Presidente; Manuel Miranda Losa, na qualidade de Primeiro Vogal e Nuno Frederico Almeida e Silva Aguilar Monteiro, na qualidade de Segundo Vogal;

O Fiscal Único – Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC n.º 148 representada por Maria Manuela Alves Malheiro, ROC n.º 916;

Propõe-se ainda que, até ao final do mesmo período de tempo, sejam nomeados *ex novo* para a Mesa da Assembleia Geral – António Benjamim da Costa Pereira, na qualidade de Presidente; Paulo Fernando Alves Marques, na qualidade de Vice-Presidente e Elisabete Maria Losa Capitão, na qualidade de Secretário. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EEM, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA, BEM COMO A NORMA TRANSITÓRIA (ARTIGO 32.º DOS REFERIDOS ESTATUTOS), PARA O REMANESCENTE DO MANDATO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS AINDA A DECORRER, NOMEADAMENTE, O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMPOSTO POR ALEXANDRA SUSANA ABREU DE FARIA CARVALHO ROEGER, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE; MANUEL MIRANDA LOSA, NA QUALIDADE DE PRIMEIRO VOGAL E NUNO FREDERICO ALMEIDA E SILVA AGUILAR MONTEIRO, NA QUALIDADE DE SEGUNDO VOGAL; O FISCAL ÚNICO – JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC N.º 148 REPRESENTADA POR MARIA MANUELA ALVES MALHEIRO, ROC N.º 916, ASSIM COMO A NOMEAÇÃO EX NOVO PARA A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL – ANTÓNIO BENJAMIM DA COSTA PEREIRA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE; PAULO FERNANDO ALVES MARQUES, NA QUALIDADE DE VICE-PRESIDENTE E ELISABETE MARIA LOSA CAPITÃO, NA QUALIDADE DE SECRETÁRIO.

Votaram a favor os 22 deputados do Grupo Político do PSD, os 6 deputados do Grupo Político do PS, o deputado do Grupo Político da CDU e os 3 deputados Independentes, num total de 32. Abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP. -----

**03.10 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PDM – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – ARTIGOS 20.º E 30.º – APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de Janeiro de 2013, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove a versão final da alteração ao Regulamento do PDM – Plano Director Municipal – Artigos 20.º e 30.º, bem como considerar que a mesma não é susceptível de produzir efeitos negativos no ambiente. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A VERSÃO FINAL DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PDM - PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – ARTIGOS 20.º E 30.º, BEM COMO CONSIDERAR QUE A MESMA NÃO É SUSCEPTÍVEL DE PRODUZIR EFEITOS NEGATIVOS NO AMBIENTE.

Votaram a favor os 22 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados Independentes, num total de 25. Absteve-se o deputado do Grupo Político da CDU. Votaram contra os 6 deputados do Grupo Político do PS e os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP, num total de 9. -----

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira, pelo Grupo Político do PS, que se transcreve:

*“Votamos contra, não em concreto estes artigos 20.º e 30.º aqui em questão, mas antes exactamente pelos mesmos motivos que nos são apresentados como justificação para este pedido.*

*O Plano Director Municipal está em vigor desde 1994, e há 8 anos que devia ter sido revisto, pelo que não será apenas os artigos 20.º e 30.º que estão desactualizados ou desfasado face à evolução das condições e realidades económicas sociais e ambientais, como dizem, mas ele todo, ou seja PDM no seu global.*

*Andamos nestes últimos 4 anos a perguntar sucessivamente em que ponto se encontrava este instrumento essencial de gestão e garante da transparência do Poder Autárquico, e sempre nos responderam que estava na fase final de revisão, seria para breve, assim acreditamos e hoje voltam a apresentar a esta Assembleia mais uma alteração, agora a estes dois artigos.*

*Por aqui só podemos concluir, ou não querem mesmo fazer a Revisão do Plano Director Municipal, ou então não o sabem fazer o que de ambos os modos, quem fica mal e sem saber com que regras são governados são os municípios deste concelho, facto que o Partido Socialista não aceita.”*

E a segunda, pelo Grupo Político do CDS-PP, que se transcreve:

*“Votamos contra a alteração esquartejada da Revisão do PDM pois não é transparente, global nem ajustada às necessidades globais e actuais.*

*Inviabilizamos assim esta alteração por a mesma não constituir uma alteração global e à tanto prometida.”*

**03.11 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL. -----**

Não se verificaram intervenções. -----

**EXTRA AGENDA:**

**1 – CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000, EEM, PARA A REALIZAÇÃO DO 11.º ENCONTRO LUSO GALAICO DE BTT. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de Janeiro de 2013, foi presente na sessão minuta de contrato programa a celebrar entre o Município de Esposende e a Esposende 2000 Actividades Desportivas e Recreativas, EEM, tendo por objecto a realização do 11.º Encontro Luso Galaico de BTT. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal tendo explicado a proposta apresentada.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA. --

**04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: \_\_\_\_\_**

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público.

NÃO SE VERIFICARAM INTERVENÇÕES. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo APROVADA por UNANIMIDADE para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo vinte e três horas e quinze minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---

*Faz parte integrante desta acta o registo áudio da presente sessão que se encontra em arquivo na Câmara Municipal.* -----

**ACTA**

**N.º 01/2013**

SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em  
11 de Fevereiro de 2013